

# PRÉMIO ARQUITECTURA DO DOURO

FILINTO GIRÃO OSÓRIO\*

**Resumo:** A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) é a única entidade da administração regional do Continente que detém nas suas competências a atribuição de gestão de um bem cultural Património Mundial, competindo-lhe a sua salvaguarda, nomeadamente quanto à manutenção da integridade e autenticidade, e a sua valorização territorial e social.

Neste contexto a CCDR-N promove o Prémio Arquitectura do Douro. Lançada em 2006 por ocasião das comemorações dos 250 anos da Região Demarcada do Douro (RDD), com periodicidade bienal, esta iniciativa destina-se a promover a cultura arquitectónica e as boas práticas do exercício da arquitectura realizadas na região do Alto Douro após a inscrição do Alto Douro Vinhateiro (ADV) na Lista do Património Mundial da UNESCO (14 de Dezembro de 2001) e concretizadas obras de construção, conservação ou reabilitação de edifícios ou conjuntos arquitectónicos construídos, bem como em intervenções de desenho urbano em espaço público.

Após cinco edições e já com cinco prémios entregues e nove menções honrosas atribuídas, ao perfazer dez anos de existência, o Prémio Arquitectura do Douro está palmilhando um caminho consistente, confirmando o papel funda-

---

\* Arquitecto — Estrutura de Missão do Douro (EMD) da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N). Por opção do autor, a redacção deste artigo não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

mental da arquitectura contemporânea de qualidade na valorização dos sítios Património Mundial, sendo reconhecido como uma boa prática para incentivo e promoção da cultura arquitectónica na região do Alto Douro enquanto paisagem cultural evolutiva e viva.

**Palavras-chave:** Alto Douro Vinhateiro; Arquitectura; Património Mundial; Paisagem Cultural.

**Abstract:** The North of Portugal Regional Coordination and Development Commission (CCDR-N) is the only public entity of the regional administration of the Portuguese Continent that is responsible for the management of a World Heritage cultural property, being responsible for its safeguard, for its territorial and social value enhancement and also for maintaining its integrity, authenticity. In this context, CCDR-N promotes the Douro Architecture Prize. Launched in 2006 to commemorate 250 years of the Douro Demarcated Region (RDD) on a biennial basis, this initiative intends to promote best practices and architectural culture in Alto Douro Region after its inscription in the UNESCO World Heritage List (December 14, 2001) implemented in constructions, conservation and rehabilitation of buildings and architectural ensembles, as well as in urban design interventions for public space.

After five editions, with five prizes awarded and nine honorable mentions, the Douro Architecture Prize is trailing a very consistent pathway, stating the fundamental role of contemporary quality architecture in the enhancement of World Heritage sites, recognized as a good practice in encouraging and promoting architectural culture in Alto Douro Region as an evolving and alive cultural landscape.

**Keywords:** Alto Douro Wine Region; Architecture; World Heritage; Cultural Landscape.

Na oportunidade da participação neste encontro, que agradecemos, abordámos o Prémio Arquitectura do Douro, uma iniciativa da Comissão de Coordenação, através da Missão do Douro, que se realiza com alguma regularidade desde há mais de 10 anos.

A apresentação foi acompanhada por um grande número de imagens, soltas, de várias das obras que foram concorrentes ao Prémio ao longo destes anos.

São cinco edições do Prémio Arquitectura do Douro já concretizadas, nos anos de 2006, 2008, em 2010-2011, em 2013-2014 e em 2016-2017.

Espera-se que, em respeito pela periodicidade estabelecida, muito em breve seja feito o lançamento de uma 6.<sup>a</sup> edição.

O Alto Douro Vinhateiro é o único sítio declarado Património da Humanidade pela UNESCO cuja gestão é da responsabilidade dum organismo da Administração Central desconcentrada do Continente.

As Competências da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte no âmbito do ADV e da RDD, tal como definido na Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 4/2014, comportam «a missão de proteger, conservar e valorizar, bem como divulgar e promover a “Paisagem Cultural Evolutiva e Viva do Alto Douro Vinhateiro”» [alínea a) do n.º 2].

A CCDR-N é pois a «entidade gestora do bem Alto Douro Vinhateiro», e «o seu âmbito de intervenção compreende a área classificada como património mundial e a respectiva zona tampão, a qual corresponde ao conjunto dos municípios abrangidos pela Região Demarcada do Douro» [alínea b) do n.º 2 da mesma RCM].

Compete-lhe «zelar pela manutenção dos atributos que conferem integridade e autenticidade à Paisagem Cultural como património mundial, com vista a salvaguardar os valores paisagísticos, ambientais e culturais em presença, em articulação com os municípios e com as demais entidades públicas territorialmente competentes».

O Prémio Arquitectura do Douro é um prémio temático, dedicado a distinguir e a premiar projectos concretizados em obra com elevada qualidade arquitectónica. Obras que podem ser da iniciativa de organismos da administração central e local ou de promotores privados, empresas e particulares.

Pretende reconhecer a boa arquitectura e constituir-se como um incentivo ao surgimento de mais e melhor qualidade nas construções que necessariamente vão sendo realizadas na Região do Alto Douro. Ambiciona fazer também e cada vez mais da grande arquitectura uma das componentes distintivas que contribuem para a excelência da paisagem evolutiva e viva, reforçando o seu carácter, ao serviço da atratividade desta região.

Neste contexto, encara-se a arquitectura como um recurso estratégico, de que importa continuar a tirar partido, nomeadamente em termos de recreação e turísticos.

A quem se destina este Prémio? Destina-se, desde logo, às obras de arquitectura, aos arquitectos projectistas e aos donos de obras. Destina-se a premiar as obras e os autores pelos seus exercícios de concepção, bem assim como os proprietários que resolvem concretizá-las, com gosto e com vontade de fazer bem, cada vez melhor.

É um concurso regional, com incidência num território bem definido, o Alto Douro, coincidente com a Região Demarcada do Douro, ou melhor: com os concelhos que integram a Comunidade Intermunicipal do Douro.

A primeira edição do Prémio foi lançada em 2006, no contexto das celebrações dos 250 anos da criação da Região Demarcada do Douro e da instituição da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro. O que aconteceu, como é sabido, em 1756, durante o reinado de D. José I e sendo Ministro do Reino D. Sebastião José de Carvalho e Melo, que viria a ser, como é sabido, a partir de 1770, Marquês de Pombal.

Decorridos dois anos após essa primeira edição do Prémio, em 2008 desencana-deámos os procedimentos para a organização da segunda edição.

Havia então sido recentemente criada uma nova estrutura, a Estrutura de Missão para a Região Demarcada do Douro (EMD), dentro da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

Nos termos da RCM que a estabeleceu a EMD, o presidente da CCDR-N era, por inerência, o encarregado de Missão; para chefe de projecto da EMD foi então designado o Eng. Ricardo Magalhães. A Estrutura de Missão estava dotada de cinco técnicos, de variadas áreas — Geografia, Economia, Arquitectura, Engenharia e Gestão turística. Fui um desses técnicos.

Logo que integrámos a equipa da Estrutura de Missão do Douro, em Outubro de 2008, fomos encarregados de providenciar ao lançamento da segunda edição, desde logo com o encargo de preparar as condições para a selecção das obras a distinguir. E para uma decisão do júri a tempo de ser anunciada, e as distinções entregues, no dia 14 de Dezembro desse ano, dia comemorativo do Alto Douro Vinhateiro (decorriam então sete anos desde a sua inscrição como bem Património Mundial na Lista da UNESCO).

Assim se fez.

Nesse dia 14 de Dezembro de 2008 foi também inaugurada oficialmente a nova sede do Museu do Douro, na antiga Casa da Companhia em Peso da Régua. No final das cerimónias da inauguração, que contaram com o então Primeiro-ministro de Portugal, fez-se o anúncio dos resultados do Prémio Arquitectura do Douro e foram entregues as distinções aos premiados.

O Prémio dessa edição foi atribuído ao Arq. António Belém Lima pela sua obra Museu da Vila Velha, em Vila Real. Foi também entregue uma Menção Honrosa ao Arq. Paulo Moura pela sua obra de requalificação da Capela das Sete Esquinas e respectivo espaço público envolvente, em Peso da Régua.

A entrega do Prémio Arquitectura do Douro constituiu pois acto breve, a culminar uma jornada muito intensa em dia festivo para o Alto Douro Vinhateiro.

Desde a segunda edição, em 2008, e até à mais recente, de 2016-17, temos sido responsáveis por todo o processo de organização do Prémio Arquitectura do Douro.

É bem sabido que a arquitectura desempenha um papel social. É algo que tem que trazer valor, que tem que dar às populações residentes um contributo sensível também para o seu bem-estar e para o reforço do seu sentido de pertença a um dado território.

A arquitectura tem, além disso, uma importante função pedagógica. Através da qual transmite valores, que se concretizam e fazem visíveis através do respeito pelos modos tradicionais de construir, pela implantação correcta das construções face às exigências e especificidades de cada sítio, pela adequada integração na paisagem. Mas também pelas suas características de modernidade, inovação e originalidade.

Os bons exemplos existentes num certo local, as soluções harmoniosas para determinados problemas, são por si só, e elas próprias, indutoras de outras boas concretizações na proximidade.

Há todo um conjunto de influências que não devem ser descuradas, inclusivamente em termos de sentimentos de orgulho e de posse experimentados pelas pessoas, quando estão cientes da qualidade do aglomerado em que vivem, se conscientes da existência na sua terra de edificações emblemáticas, qualificadas e reconhecidas, as quais são também apreciadas pelos de fora.

A arquitectura nasce da necessidade de resolver problemas. Constitui o conjunto de respostas que é preciso encontrar para as necessidades decorrentes das variadas actividades humanas.

Desenhar uma adega de vinificação, por exemplo, implica conhecer e reflectir os processos da feitura do vinho; conhecer e reflectir sobre como se organiza a produção: a chegada das uvas, os tempos e as temperaturas de fermentação, o modo de selecção das castas e os loteamentos dos vinhos; prever os espaços adequados à movimentação dos lotes, os percursos das massas e dos mostos, as áreas para o engarrafamento e para o armazenamento, a rotulagem.

Mas é também ter a capacidade de criar espaços um pouco mais recatados, um pouco mais intimistas, espaços fundamentais para que a criatividade plenamente se manifeste na elaboração de grandes vinhos que o produtor-enólogo pacientemente cria e constrói. E ainda, hoje em dia, desenhar áreas para as provas de vinhos e a sua venda, e, em certos casos, espaço para expor aos visitantes os prémios conseguidos por algumas das melhores produções da quinta.

Cinco edições do Prémio Arquitectura do Douro tiveram lugar até ao presente. Nestas, foram já entregues as seguintes distinções: cinco obras premiadas e nove obras distinguidas com Menção Honrosa, que se poderão discriminar. Em 2006 o premiado foi a Adega da Quinta da Touriga Chã, de António Leitão Barbosa; as Menções Honrosas foram para: 1) Reabilitação da Casa do Poço, de Manuel Botelho; 2) Conservatório Regional de Música de Vila Real, de António Belém Lima.



Fig. 1. Adega da Quinta da Touriga Chã, Vila Nova de Foz Côa – Arq. António Leitão Barbosa – Premiado 2006

Na edição de 2008, foi, como acima referido, premiado o Museu da Vila Velha, da autoria de António Belém Lima, e a Capela das Sete Esquinas, de Paulo Moura, obteve a única Menção Honrosa que nesta edição o júri resolveu atribuir.



**Fig. 2.** Museu da Vila Velha, Vila Real – Arq. António Belém Lima  
Premiado 2008

O prémio da terceira edição (2010-2011) foi entregue no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, 18 de Abril, em cerimónia realizada no Museu da Vila Velha, em Vila Real. Foi premiada a obra Armazém de Vinhos da Quinta do Portal, projectada por Álvaro Siza Vieira, e foram distinguidas com Menção Honrosa a Adega da Quinta do Valado, de Francisco Vieira de Campos, e a Capela Travassos, em Canelas, Peso da Régua, projecto de Paulo Moura.



**Fig. 3.** Armazém de Vinhos da Quinta do Portal, Sabrosa – Arq. Álvaro Siza Vieira  
Premiado 2010-2011

Em 2013-2014 os resultados do concurso foram igualmente anunciados no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, a 18 de Abril de 2014, no auditório do Armazém de vinhos da Quinta do Portal, tendo o prémio sido entregue ao Museu do

Côa, desenhado pelos arquitectos Camilo Rebelo e Tiago Pimentel, e as duas menções honrosas à Adega de Presandães, da empresa Porto Cruz, da autoria de Alexandre Burmester, e ao Hotel Vínico da Quinta do Valado, de Francisco Vieira de Campos.



**Fig. 4.** Museu do Côa, Vila Nova de Foz Côa – Arq. Camilo Rebelo e Arq. Tiago Pimentel  
Premiado 2013-2014

O anúncio dos resultados da edição mais recente, de 2016-2017, lançada no Pinhão, teve também lugar no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, de 2017, no Centro Interpretativo do Mosteiro de São João de Tarouca. O júri desta edição resolveu premiar o Centro de Alto Rendimento do Pocinho, de Álvaro Fernandes Andrade, e atribuir duas menções honrosas, uma à Adega da Quinta da Gaivosa, situada em Cumieira, no concelho de Santa Marta de Penaguião, projectada pelo arquitecto António Belém Lima, e outra ao Espaço Miguel Torga, localizado em São Martinho de Anta, em Sabrosa, da autoria de Eduardo Souto de Moura.



**Fig. 5.** Centro de Alto Rendimento, Vila Nova de Foz Côa – Arq. Álvaro Fernandes Andrade  
Premiado 2016-2017

Um edifício deve ser resistente ao tempo e ao clima; tem que responder racional, económica e adequadamente às funções que nele irão decorrer. Tem que integrar-se bem no meio em que se implanta e na paisagem. Tem, finalmente, que agradar aos seus donos, e aos seus utilizadores. A quem chega e a quem o visita, mas principalmente a quem o vive.

O processo de organização de uma edição do Prémio Arquitectura do Douro comporta diversos passos. Desde logo, a constituição do júri; o estabelecimento de um calendário, bem como o lançamento e a divulgação, anunciando-se prazos e publicitando o regulamento.

Normalmente, na divulgação faz-se um folheto, que se distribui amplamente; faz-se anúncio na página digital da CCDR-N, assim como anúncios em periódicos da imprensa regional e local, destacando-se os prazos.

O regulamento veio diferindo e evoluindo um pouco a cada nova edição. Inicialmente tinha uma configuração, diríamos, quase inspirada num concurso público. Por exemplo, no regulamento de 2006, julgou dever-se preservar a autoria das obras concorrentes prevendo uma regra de confidencialidade. Ora, isso não faz qualquer sentido, tratando-se de obras existentes, licenciadas e construídas, e que são do conhecimento público. Por isso, nas edições posteriores, essa disposição foi naturalmente retirada do regulamento.

De modo idêntico, foram clarificadas algumas disposições, nomeadamente as relativas às peças a entregar, para mais eficaz trabalho de apreciação pelo júri das obras concorrentes. Passou a pedir-se a entrega de painéis, no mínimo 1 e no máximo 3, em que se apresentasse graficamente cada obra. Estes painéis, além de facilitarem a avaliação pelo júri, servem ainda para serem expostos, nomeadamente por ocasião do acto de anúncio do resultado e entrega das distinções.

Essa exposição nem sempre tem sido concretizada, tal como sucedeu na última edição, em 18 de Abril de 2017, dado que, por um lado, tendo-se apresentado a concurso 20 obras, os numerosos painéis exigiriam uma área expositiva que o espaço onde se realizou a cerimónia não comportava, e, por outro lado, nesse dia fez-se também a inauguração formal do Centro Interpretativo do Mosteiro de São João de Tarouca, espaço que já tinha ali a sua própria exposição permanente. Ao que julgamos saber, também a primeira edição não teve uma exposição.

A composição do júri tem diferido um pouco ao longo dos anos, embora com algumas invariantes: a CCDR-N, que preside, a Direcção Regional de Cultura do Norte, o Turismo de Portugal (ou mais recentemente, um representante da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte), a Ordem dos Arquitectos; o arquitecto premiado na edição anterior.

No termo do prazo para recepção das propostas, o júri reúne e verifica se cada uma é efectivamente de qualidade e se cumpre os requisitos do regulamento, que

são: i) a obra ter sido concluída após 2001, ano da inscrição do ADV na Lista do PM da UNESCO; ii) a obra ter sido licenciada; iii) o processo conter um documento de conhecimento mútuo e anuência das partes (autor do projecto e dono da obra) para a sua apresentação como concorrente; iv) conter os elementos, peças desenhadas e escritas, requeridos no regulamento.

É então que verdadeiramente começa o trabalho do júri.

A visita aos locais de todas as obras é fundamental. É sempre realizada, porque a observação *in loco* constitui um dos passos indispensáveis para completa e correcta avaliação da arquitectura.

A tarefa de escolha e selecção pelo júri não é, na maioria das vezes, nada fácil.

O júri pode, nos termos do regulamento, além do prémio, atribuir até duas menções honrosas.

Refira-se que, por exemplo, na última edição, em que, como já referido, concorreram vinte obras e muitas delas de altíssima qualidade, o júri teve grande dificuldade na selecção. Houve até alguma vontade em atribuir mais que duas menções honrosas, o que o regulamento não permite. Ponderou-se então criar uma nova figura, algo do género *menção especial do júri*. Mas isso seria difícil de justificar e podia criar um precedente que, no futuro, poderia trazer outras dificuldades.

As decisões do júri são, nos termos regulamentares, tomadas por unanimidade. O que muitas vezes não é fácil de alcançar. Por vezes, houve lugar a grande confronto de opiniões, mas os consensos têm sempre sido efectivamente conseguidos.

Alguns números:

5 edições (concorrentes): em 2006	14
em 2008	6
em 2010-2011	14
em 2013-2014	10
em 2016-2017	20
Total	64

No somatório das cinco competições do concurso já realizadas, há uma grande diversidade de tipologias, inúmeras autorias, bem como uma assinalável dispersão territorial. Dos 21 concelhos abrangidos pela Região Demarcada do Douro (em que se incluem Figueira de Castelo Rodrigo e Meda, situados na Região Centro), já houve obras candidatas em quase todos. Mesmo no que toca aos concelhos da NUT III — Douro, somente em Carrazeda de Ansiães, Moimenta da Beira, Penedono, Tarouca e Vila Flor, não houve ainda uma obra concorrente.

Em contrapartida, o júri já apreciou um candidato em Mogadouro, concelho que não faz parte do Alto Douro.

Verifica-se também uma assinalável diversidade de tipologias de uso das edificações. Mais de 13 utilizações diferentes, desde a adega ou centro de vinificação (com ou sem acolhimento de público de forma organizada e em grande escala), ao auditório, ao centro cultural, ao museu, até hotéis e unidades de turismo no espaço rural (tanto recuperações e adaptações de construções existentes como criação de novas edificações de raiz). Para citar alguns apenas.

Na terceira edição, por exemplo, foi notado pelo júri que havia ainda algumas tipologias em falta, nomeadamente a habitação uni ou multi-familiar. O júri assinalou também que são ainda escassas as obras de autoria feminina.

Em que consiste o Prémio? O prémio, que é entregue ao arquitecto e ao dono da obra pela concepção e execução da obra de arquitectura distinguida, é, normalmente, uma pequena peça de arte, de valor não muito elevado. Geralmente uma escultura ou uma gravura.

Trata-se mais de algo com valor simbólico ou de prestígio do que propriamente de algo que possa ser considerado de grande valor pecuniário.

Além disso, a CCDR-N, entidade responsável pela organização do concurso, entrega também a cada obra distinguida uma placa metálica, especificamente desenhada no contexto do Prémio Arquitectura do Douro, para afixação no edifício, a qual contém: identificação da obra, designação da distinção (Prémio ou Menção Honrosa) e identificação do autor e do dono da obra.

Em termos de resultados visíveis no território, em consequência do Prémio Arquitectura do Douro, não é em boa verdade possível afirmar que do Prémio Arquitectura do Douro resulta realmente uma melhor produção arquitectónica na região do Alto Douro.

Contudo, estamos certos de que o facto da sua existência, de ser organizado como um concurso com regularidade e de serem entregues distinções a determinadas obras seleccionadas, ajuda, sem dúvida, à maior visibilidade daquilo que de melhor por aqui se está fazendo. E a sua atribuição contribui para aumentar o amor-próprio dos proprietários, dos promotores, dos autores, e, quem sabe, das pessoas das próprias comunidades dos lugares.

No Alto Douro, como em tantas outras zonas da nossa Região Norte, há ainda um longo trabalho a fazer — em termos de ordenamento do território, reforço da concentração de aglomerados e contenção das extensões ao longo das vias de comunicação. Importa contrariar as tendências para a dispersão das edificações pela paisagem.

Importa continuar os esforços para restaurar, aproveitar, reutilizar (quando seja caso disso) o edificado tradicional de qualidade, mormente alguns antigos equipamentos públicos: Escolas primárias (quanto a estes antigos equipamentos, vão surgindo já alguns exemplos de recuperação e adaptação a outros usos); Casas da antiga Junta Autónoma de Estradas, Casas florestais, entre outros.

E há todo um conjunto de edifícios da antiga Casa do Douro, edifícios dispersos pela Região, que se encontram, hoje, sem utilização ou ao abandono. Trata-se dum património que, até pela sua qualidade arquitectónica, é merecedor de um olhar atento e a que é preciso acorrer o mais breve possível.

No final do ano passado, no completar dos dez anos de existência do Prémio Arquitectura do Douro, a CCDR-N resolveu assinalar o facto, em jeito de um breve balanço do que têm sido estas cinco edições da iniciativa. Para isso, revisitaram-se todas as obras distinguidas e os autores premiados e, com a ajuda do olhar do fotógrafo Miguel Coelho, compilou-se um novo conjunto de imagens dessas nove notáveis peças de arquitectura, que foi apresentado na publicação *10 anos — Prémio Arquitectura do Douro*.



Fig. 6. Capa e contracapa da publicação *10 anos – Prémio Arquitectura do Douro*

A concluir, resta reafirmar que o Prémio Arquitectura do Douro é uma boa prática de valorização do território, que dá maior visibilidade às intervenções na paisagem e no panorama edificado do Alto Douro.

Uma boa prática já anteriormente apresentada em alguns outros fóruns e que tem sido reconhecida e valorizada, nomeadamente no contexto de plataformas de colaboração em que temos estado envolvidos, como, por exemplo, a rede VITOUR, onde foi muito apreciada e encarada como podendo ser replicada para outras paisagens vinhateiras Património Mundial da Europa.

